

AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: UM BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS AVALIATIVAS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Karla Rejane Lacerda Almeida Brito ¹

Agno Ferraz Silva ²

RESUMO: O artigo aborda o surgimento das avaliações em larga escala no sistema educacional brasileiro. Esse tipo de avaliação consiste na aplicação de testes padronizados em populações de grande porte, objetivando avaliar os sistemas e instituições educacionais. A avaliação em larga escala na educação é uma política adotada em vários países do mundo desde os anos 60, visando à melhoria da qualidade da educação.

PALAVRAS-CHAVES: Avaliação em Larga Escala, Educação, Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

As avaliações em larga escala no Brasil surgem dentro de um contexto político e social da década de 1980. Nesta década, as avaliações externas são implantadas no intuito de avaliar, diagnosticar e promover mudanças nas políticas educacionais do Brasil. As reformas produzidas pelas avaliações externas avançaram se consolidando como medidores da educação brasileira. Objetivando avaliar os sistemas educacionais, as avaliações em larga escala também alimentam e promovem rankings de qualidade de escolas brasileiras.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para realização desse estudo foi realizada pesquisa bibliográfica para entender o surgimento das avaliações em larga escala. A metodologia adotada foi revisão sistemática

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino - PPGEN da Universidade Estadual do Estado da Bahia, Especialista em Neuropsicologia, Formação Docente e em Coordenação Pedagógica. Professora da rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista e Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual de Ensino da Bahia.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino - PPGEN da Universidade Estadual do Estado da Bahia, Especialista em Inglês como Língua Estrangeira, Formação Docente e em Letras Modernas. Professor da rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista e Estadual de Ensino da Bahia.

da literatura com o objetivo de identificar os estudos realizados e publicados envolvendo a temática.

São consideradas avaliações em larga escala as avaliações externas à rede de ensino, aplicadas em populações de grande porte com testes padronizados. Assim, o objetivo das políticas da avaliação em larga escala é avaliar os sistemas de ensino e as instituições, não tendo como objetivo a avaliação do aluno.

Os objetivos da avaliação em larga escala do sistema escolar [...], são os de informar o que populações e subpopulações de alunos em diferentes séries sabem e são capazes de fazer, em um determinado momento, e acompanhar sua evolução ao longo dos anos. Não é seu objetivo fornecer informações sobre alunos ou escolas individuais (KLEIN; FONTANIE, 1995, p. 30).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 1988 o Ministério da Educação (MEC) realiza a aplicação piloto de avaliações em larga escala na educação básica nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte.

Uma aplicação piloto nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte. Ora, duas eram as forças impelindo a educação no sentido de fortalecer os procedimentos de avaliação. Por um lado, o Banco Mundial demandava a análise de impacto do Projeto Nordeste realizado no âmbito do acordo MEC/BIRD e, por outro, o MEC tinha interesse em realizar uma avaliação mais ampla do ensino público (WERLE, 2014, p. 163-164).

Essa avaliação piloto foi usada como base para a criação do Sistema de Avaliação da Educação Brasileira (SAEB), que posteriormente evoluiu para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (GATTI, 2014, p. 18).

Desse modo, surge a necessidade de criar um sistema de monitoramento e avaliação da educação nacional, capaz de detectar um diagnóstico da realidade educacional no país.

Esta política é denominada pelo MEC, a partir de 1991, de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O SAEB toma como um dos indicadores da avaliação o desempenho em provas de uma amostra de alunos do ensino fundamental e médio, de todas as Unidades Federadas (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p. 880).

Em 1992 a avaliação externa em grande escala passa para responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão ligado ao Ministério da Educação.

Em 1993 o INEP convida especialista em gestão escolar, currículo e docência de Universidades para analisar o sistema de avaliação, objetivando a legitimidade e o reconhecimento acadêmica.



UESB
Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia



PROEX
Pró-Reitoria de
Extensão e Assuntos
Comunitários



Em 1995 o sistema de avaliação brasileiro toma uma nova versão diante dos empréstimos do Banco Mundial e pela terceirização técnica, sendo denominado de Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). A avaliação passa a acontecer a cada dois anos focando em dois componentes curriculares: língua portuguesa e matemática e de forma amostral nas 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e o 3^a do ensino médio para estudantes das redes públicas e privadas da zona rural e urbana.

O Brasil começa a participar de projetos internacionais de avaliação em larga escala nos anos de 1997 e 1998 sob a organização da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 2000 o Brasil começou a participar do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que acontece a cada três anos.

Em 2005 é criada a Prova Brasil, aplicada a cada dois anos para as turmas da 4^a e 8^a series do ensino fundamental. A prova Brasil provoca comparações entre escolas e municípios numa proposta de foco e controle.

Uma das ações marcantes na política de avaliação do ensino foi a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB é calculado de acordo com os resultados da Prova Brasil e do fluxo escolar informado pelo censo educacional. Segundo Durham (2010), não é possível comparar o IDEB ao SAEB, pois o IDEB combina duas variáveis em um único índice, o que significa que o aumento na nota pode indicar que a repetência diminuiu, bem como que o desempenho escolar melhorou (p. 167-168).

CONCLUSÃO

O projeto de avaliação em larga escala ao longo dos anos no Brasil foi reforçado e modificado visando a melhora da qualidade do ensino. É importante dizer que as estas avaliações foram legitimadas pelos estados, municípios e pela sociedade. A divulgação desses resultados provoca a comparação de escolas e são, utilizados em debates educacionais e também utilizadas no debate político partidário.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M.N.C.P. **Ninguém ensina ninguém: aprende-se**. 1^a edição. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008.

BONAMINO, A. (2002). **Tempos de Avaliação Educacional**. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Projeto BRA/96/026 - PNUD. Brasília, DF, 1997.

DURHAM, E. R.. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos estudos** – Cebrap, n. 88, p. 153-179, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/37wYSvz>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GATTI, B. A. (2014). Avaliação: contexto, história e perspectivas. **Olh@res**, Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 08-26, maio, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/download/202/76>

PESTANA, M. I. G. de S. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 05, p. 81–83, 1992. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2366>.

SOUZA, S. Z. L. de; OLIVEIRA, R. P. de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 84, p. 873-895, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Qz7TkWG9XWK4kKSHZqzvZBc/?format=pdf&lang=pt>

WERLE, F. O. C. Panorama das políticas públicas na educação brasileira: uma análise das avaliações externas de sistemas de ensino. **Revista Lusófona de Educação**, v. 27, n. 27, p. 159-179, 2014. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4836>